

Um inventor poeta: a geleia de Alexandre Inácio Silveira oferecida à Princesa do Brasil

FRANCISCO TOPA
Universidade do Porto



Encontra-se na Biblioteca da Ajuda uma curiosa epístola em verso que parece encerrar um pequeno enigma da história culinária luso-brasileira. O texto, em letra cuidada, provavelmente dos finais do século XVIII, ocupa cinco páginas de um manuscrito avulso com a cota 49-III-53, vindo assinado por um Alexandre Inácio da Silveira, personalidade sobre a qual não pude apurar outros dados senão os que resultam da própria epístola. A falta de datação pode em parte ser compensada pelas indicações sugeridas pelo destinatário da epístola: a Princesa do Brasil.

Como é sabido, este título — que vigorou entre 1645 e 1808 — era atribuído ao herdeiro presuntivo do trono de Portugal, inicialmente apenas ao varão e, a partir de 1734, independentemente do seu sexo. A única mulher que recebeu diretamente este título foi a futura rainha D. Maria I. Filha primogénita de D. José I e de D. Mariana Vitória de Áustria, recebeu à nascença, do avô, D. João V, o título de Princesa da Beira, que deveria usar enquanto o herdeiro do trono, o Príncipe do Brasil, D. José, não alcançasse herdeiro varão. Como o seu irmão só teve filhas, D. Maria intitulou-se apenas Princesa da Beira até à morte de D. João V, ocorrida em 1750. A partir daí, passou a ser Princesa do Brasil e Duquesa de Bragança, passando o título de Príncipe da Beira para o seu primogénito e presuntivo herdeiro da Coroa, D. José. D. Maria foi portanto Princesa do Brasil entre 1750 e 1777, ano da sua subida ao trono.

Embora talvez menos óbvias, há ainda duas outras hipóteses de identificação da destinatária da epístola de Alexandre Inácio da Silveira: a irmã e nora de D. Maria, D. Maria Francisca Benedita, esposa de D. José desde 1777 e, pelo casamento, também Princesa do Brasil, título que terá usado mesmo depois da morte do esposo, ocorrida em 1788; D. Carlota Joaquina, esposa do futuro D. João VI, o qual, depois da morte do irmão D. José, passou a herdeiro do trono, com o título de Príncipe do Brasil, recebido também pela sua consorte. Em ambos os casos, o título de Princesa do Brasil decorre do casamento, o que não invalida a possibilidade de a epístola de Alexandre

da Silveira ter sido dirigida a uma destas Princesas. A datação do poema permanece assim pouco precisa, ficando confinada a um período longo que se estende por toda a segunda metade de setecentos até aos primeiros anos do século seguinte. Como veremos, esta não é uma questão secundária: dela poderia resultar uma identificação mais inequívoca da alegada descoberta culinária que constitui o motivo principal do texto.



PRINCEZA AUGUSTA, DO BRASIL SENHORA

*Aquem daquela parte opovo adóra,
Eaquem de coraçõens formao peânhas
Jguães as altas serras emontânhas,
Nas quaes se colóca Vósa Augusta Imágem,
Sinál certo da sua vafalágem,
Ficando por ser vofó muito ufâno
Todo aquele Paiz Americano;
Sendo pois do Brasil toda a grandeza
Ser vofó, porque Sois dele a PRINCEZA,*

Fólio inicial do Ms. 49-III-53 da Biblioteca da Ajuda

Composta em verso decassilábico – quase sempre heroico, surgindo o sáfico nos vv. 1 e 40 e o pentâmetro

iâmbico no v. 14 – e rima emparelhada, esta epístola não recorre às formas estróficas mais habituais, como o terceto ou a oitava: em vez disso, os seus 64 versos formam uma única estrofe.

Do ponto de vista estrutural, as cinco partes da epístola clássica são facilmente identificáveis. À *salutatio* corresponde o verso inicial, enquanto os vv. 2-10 dizem respeito à *captatio benevolentiae*, momento dominado pela expressão da ufania do povo brasileiro com a sua condição de vassalo da destinatária. O sentimento é partilhado pela própria natureza:

E a quem de corações formam peanhas
Iguais as altas serras e montanhas,
Nas quais se coloca Vossa Augusta Imagem (vv. 3-5).


A *narratio* ocupa os vv. 11-42. O sujeito declara que “[...] vem cheio de gosto e confusão / Beijar, SENHORA, a Vossa Augusta Mão / E um tributo oferecer-vos bem dividido” (vv. 13-15), mas não identifica de imediato o tributo, que começa por ser definido pela negativa: “Não são montes de ouro refulgente” (v. 19); “Não é algum raríssimo diamante” (v. 21); “Não é de preço, não, a minha oferta” (v. 23). A seguir, encarece as dificuldades que teve de enfrentar: “É o fruto de um trabalho tão penível / Que a muitos pareceu ser impossível” (vv. 25-6). Só depois se identifica o objecto, qualificado como “[...] uma simples útil descoberta” (v. 24): “[...] a fatura dos caldos ou Geleia” (v. 29), feita à semelhança dos ingleses, mas sem que tivesse sido usado qualquer modelo. A referência não é suficientemente precisa para se perceber o que está em causa: tratar-se-á talvez de uma estratégia defensiva, na linha do aforismo “O segredo é a alma do negócio”. A enumeração dos espaços e situações em que a descoberta pode ser usada talvez abra contudo alguma pista: fala-se nas naus reais, nos hospitais, na paz e na guerra, o que – equivalendo embora a proclamar a universalidade do seu uso – parece sugerir que está em causa a facilidade de preparação e/ou de transporte.

Como é sabido, caldo é um líquido alimentar obtido da cozedura de carne (e também de peixe ou legumes), podendo ser servido quente, frio ou sob a forma de geleia. Naquele que é tido como o primeiro livro português de culinária, a *Arte de Cozinha* de Domingos Rodrigues, publicado em 1680,¹ há uma receita de geleia de carne,² forma que será aliás bem mais antiga. É de supor portanto que a invenção de Alexandre Inácio da Silveira terá menos a ver com a apresentação do caldo sob essa forma de geleia do que com outros aspetos já referidos ou ainda com um problema da máxima importância como é a conservação.

Lembremos que, no final de setecentos, Nicolas Appert dá um passo decisivo nessa matéria: descobre, em 1795, a *appertização* ou conserva, esterilizando substâncias alimentares, fervendo-as e fechando-as depois no vácuo, em frascos de cristal. Mas a inovação só seria tornada pública em 1804, o que torna improvável que o poema de Silveira se refira a algo de parecido, tanto mais que se fala em imitação dos ingleses (v. 28) e, mais à frente, em “fábricas” (v. 49), o que – mesmo não tempo a palavra, à época, o mesmo sentido que apresenta atualmente – parece apontar para uma produção em série que, no início do século XIX, não seria ainda compatível com o método do francês.

COZINHEIRO MODERNO,
O U N O V A
ARTE DE COZINHA;
ONDE SE ENSINA PELO MÊTHODO
mais facil , e mais breve o modo de se prepara-
rem varios manjares , tanto de carne , como de
peixe ; Mariscos , legumes , ovos , lactícínios .
Varias qualidades de massas para pães , empa-
das , tortas , timbales , pasteis , bolos , e outros
pratos de entre-meio ; Varias receitas de caldos
para diferentes sopas ; Caldos para doentes , e hum
caldo portativo para viagens longas .
*Com hum observação sobre algumas frutas , o tempo de
se colherem ; tanto para se comerem na sobre-
meza , como para doces , e se conservarem
para o Inverno .*

D A D O A ° L U Z
P O R
L U C A S R I G A U D ,
*Hum dos Chefes da Cozinha de Suas Magestades
Fidelissimas , &c .*
Quinta Edição correcta , e emendada .



L I S B O A :
NA TYPOGRAFIA LACERDINA . ANNO 1826 .

Com licença da Meza do Desembargo do Paço .

*Vende-se na Loja de Martin Irmãos Mercadores de
Livros defronte do Chafariz do Lorsto N. 6 .*

Note-se que, no final de setecentos, há em Portugal outros sinais que revelam a importância do problema da confecção e transporte dos alimentos. Um deles surge na obra de um cozinheiro francês da Casa Real, Lucas Rigaud, que em 1780 apresenta no seu *Cozinheiro Moderno ou*

¹ Lisboa, João Galvão.

² *Arte de Cozinha*, leitura, apresentação, notas e glossário por Maria da Graça Pericão e Maria Isabel Faria; Lisboa, IN-CM, 1987, p. 98-9.

*Nova Arte de Cozinha*³ uma receita para a preparação de um caldo em pastilhas, “[...] ou de conserva, para se transportar, ou por mar, ou por terra a Paizes desertos em jornadas dilatadas; para Comandantes de Exercitos, Governadores de Praças sitiadas, Cidades afflictas de peste; e outros accidentes, que podem sobrevir, e em que por nenhum dinheiro se póde encontrar nem galinha, nem carne”.⁴ Trata-se, como é fácil de perceber, do antecessor dos modernos caldos de carne, a que basta juntar água. Esta receita não seria provavelmente nova, dado que, segundo os especialistas, Rigaud segue outros modelos, em particular *Le Cuisiner Moderne*, publicado em 1742 por Vincent La Chapelle.

Na penúltima parte da epístola, a *petitio*, que ocupa os vv. 43-60, o sujeito pede à Princesa do Brasil que aceite a oferta e lhe atribua um nome, acrescentando que essa condição garantirá o sucesso do produto e lembrando que

Esta é aquela graça já pedida
E por Vós noutro tempo concedida (vv. 51-2).

Na *conclusio*, que se estende pelos vv. 61-4, o sujeito reitera a sua condição de “vassalo amante” (v. 62), exprimindo através de uma interrogação retórica o seu propósito de continuar a servir a Princesa e o Estado.

Antes de passar à edição do poema, importa ainda dizer que há nele algumas – escassas – informações sobre o autor. Por um lado, ficamos a saber que se trata de um brasileiro: na assinatura final, identifica-se como “fiel Vassalo Brasileiro”. Mais do que isso, talvez seja possível supor que se trata de um mineiro: não tanto pela referência ao ouro e aos diamantes (vv. 19-21), mas sobretudo pela alusão às “altas serras e montanhas” (v. 4) e à abundância de gado (v. 57). Por outro lado, a aplicação do advérbio *lá* ao Brasil (vv. 57-60) mostra que a epístola é escrita da metrópole.

A edição do texto não coloca problemas, embora haja dois casos (vv. 25 e 61) de hipermetria, requerendo emendas que eu me limito a sugerir em rodapé. Os critérios de transcrição são idênticos aos que segui para a edição de textos deste período, merecendo apenas referência especial a forma *divido* (v. 15), que mantive, admitindo tratar-se de uma particularidade linguística do autor. Efetuei intervenções mínimas na pontuação, sem repercussões semânticas ou rítmicas.

³ Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.

⁴ *Cozinheiro Moderno*, Quinta Edição correcta, e emendada, Lisboa, Typografia Lacerdina, 1826, p. 204.

⁵ A métrica impõe a leitura do verbo com síncope: *cfo}loca*.

⁶ Para termos um decassílabo regular, somos obrigados a fazer a leitura *offe}reecer-vos*, com síncope.

⁷ O verso tem 11 sílabas, o que sugere que o artigo definido está a mais.

⁸ Por razões métricas, o verbo deve ser lido com síncope: *offe}reecer-vos*.

Testemunho manuscrito: BA, Ms. 49-III-53

PRINCESA AUGUSTA, DO BRASIL SENHORA

A quem daquela parte o povo adora
E a quem de corações formam peanhas
Iguais as altas serras e montanhas,

5⁵ Nas quais se coloca Vossa Augusta Imagem,
Sinal certo da sua vassalagem,
Ficando por ser vosso muito ufano
Todo aquele País Americano;

Sendo pois do Brasil toda a grandeza

10 Ser vosso, porque sois dele a PRINCESA,
Do humilde brasileiro a voz atende
Que humilde a Vossos Pés aqui se rende
E vem cheio de gosto e confusão

Beijar, SENHORA, a Vossa Augusta Mão

15⁶ E um tributo oferecer-vos bem dividido,
Pois vem desse País enobrecido

Com o nome de Vosso, o que me anima
A conseguir, SENHORA, a vossa estima;
Não são montes de ouro refulgente

20 Que cria esse dourado Continente;
Não é algum raríssimo diamante,
Disso, SENHORA, tens cópia bastante;

Não é de preço, não, a minha oferta,
É uma simples útil descoberta;

25⁷ É o fruto de um trabalho tão penível
Que a muitos pareceu ser impossível
Que sem modelo algum eu acertasse
E inda mais que aos Ingleses imitasse
Na fatura dos caldos ou Geleia,

30 Da qual tenho, SENHORA, clara ideia
E útil pode ser nas Naus Reais,
Útil também na Terra aos hospitais,
E que é útil na paz, útil na guerra,
Útil no alto Mar, útil na Terra;

35 Útil não só aos míseros doentes,
Mas também para os sãos e para as gentes
Que sobre o alto Mar sempre transitam
E que deste socorro necessitam;
E que enfim pode ser útil a todos,

40 Usando dela por diversos modos;
Este é, PRINCESA AUGUSTA, o dom que posso
Hoje oferecer-vos, como escravo Vosso,⁸

Aceitai-o benigna e dai-lhe um nome,
Que o tempo gastador nunca consome;

45 Chamai-lhe Vossa a esta fraca oferta,
Que assim, SENHORA, posso ter por certa
A grande estimação que ela terá
E quanto proveitosa ainda será;
Assim comecem fábricas famosas,

50 Que não são ao princípio mui lucrosas;
Esta é aquela graça já pedida
E por Vós noutro tempo concedida;
Na aceitação consiste o meu empenho,
Este o prémio que busco donde venho;
55 Mandai seja a Geleia fabricada
Com o nome de Vossa e transportada
Lá do Brasil, em gados abundante,
Que não fica, SENHORA, mui distante;
Lá o clima concorre à perfeição,

60 Sendo feita do Inverno na estação;
Eu serei, PRINCESA AUGUSTA, o fabricante;⁹
Que mais pode fazer vassalo amante
Que deseja servir a Vós e ao Estado
A quem tem os seus dias consagrado?
Oferecido a Vossa Real Alteza pelo fiel Vassalo
Brasileiro Alexandre Inácio da Silveira

Recebido: 22 de março de 2011
Aprovado: 09 de abril de 2011

⁹ Este verso é hipermétrico. Uma correção possível seria a supressão do pronome pessoal.